

**Reunião Extraordinária – Ata nº 01/2014****Data** – 14-02-2014**Início** – 09.00 horas**Local** – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho**Termo** – 09.40 horas**Presenças:**

Presidente	João Carlos Caseiro Gomes (em substituição)
Vereadores	Celeste Maria Ferreira Riachos Simão Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatós Reis Luís Filipe Correia Dias Luís Nuno Ablú Dias (em substituição) Ricardina Dias Pires Fernandes Lourenço (em substituição)

Chefe da Divisão Administrativa e Modernização – Catarina Alexandra Justino Santos

Faltas justificadas: não estiveram presentes, por motivos profissionais, a vereadora Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório e, por motivos pessoais, o vereador Avelino Manuel Conceição Manana.



Não podendo estar presente na reunião, por motivos profissionais, a vereadora eleita pelo Partido Social Democrata, Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório, manifestou à Presidente da Câmara, previamente à reunião, a sua vontade de se fazer substituir pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Social Democrata apresentada às Eleições Autárquicas de 2013, Luís Nuno Ablú Dias.

Desta forma, dando cumprimento ao previsto nos artigos 78º e 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, verificando-se que Luís Nuno Ablú Dias se encontrava no edifício dos Paços do Concelho, foi o mesmo convocado e, não tendo recusado a substituição, passou a tomar parte da reunião.



O Vice-Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas.

Nº 01 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer a emitir a pedido do Infarmed, relativamente à transferência da Farmácia Torres de Bemposta para Alferrarede Abrantes, uma vez que, na sequência da deliberação de 27 de dezembro de 2013, e esclarecimento apresentado em 28 de janeiro de 2014, a Câmara Municipal tem notado algumas interpretações divergentes sobre o alcance do conteúdo deliberativo. Embora, considerando que está perfeitamente claro o teor deliberativo, para que não restem dúvidas, quanto ao âmbito do parecer para decisão do Infarmed, propõe-se a submissão do texto já trazido à Câmara Municipal, a votação, na sequência da deliberação de 27/12/2013, clarificando o seu sentido, e tendo em conta as diversas informações do processo e esclarecimentos do Infarmed. – 149146

A vereadora Ricardina Lourenço questionou se o prazo de 60 dias para resposta ao Infarmed já teria sido ultrapassado. É que, se assim for, não se justifica qualquer deliberação sobre esta matéria, já que a falta de parecer da Câmara Municipal entende-se como parecer favorável. No seu ponto de vista, tendo a Câmara Municipal enviado parecer a 6 de fevereiro e sendo o prazo considerado como dias seguidos, esta deliberação não tem qualquer consequência. Reiterou a posição da CDU, que é contra a transferência da farmácia da Bemposta para Abrantes.

O Vice-Presidente da Câmara esclareceu que o prazo de 60 dias deve ser contado excluindo fins de semana e feriados, portando em dias úteis, de acordo com o Código do Procedimento Administrativo. Acresce o facto de terem sido solicitados esclarecimentos ao Infarmed.

A vereadora Ricardina Lourenço disse continuar com dúvidas sobre este prazo, já que o Infarmed refere 60 dias e não 60 dias úteis.

De qualquer forma, a CDU está contra a transferência da farmácia de Bemposta para Abrantes. Disse que a proposta não é clara: se se infere deste desta proposta da deliberação que a autarquia contra a transferência da farmácia, o seu voto é a favor. Se se infere que é favorável irá, então, votar contra.

O vereador Luís Ablú Dias disse que, de acordo com a Portaria nº 352/2012, de 10 de outubro, é ao proprietário que compete a apresentação de uma certidão camarária relativa ao preenchimento de requisitos de distância, portanto um mero ato administrativo. Não compete à Câmara Municipal deliberar sobre a emissão de parecer. Deliberar sobre questões que não lhe competem é ilegal. Propôs, assim, que seja retirada da proposta de deliberação a emissão de parecer, deliberando a Câmara Municipal apenas sobre as competências previstas na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Vice-Presidente da Câmara esclareceu que a certidão referida já foi emitida em agosto último, contudo o Infarmed solicita parecer, suportado no nº 3 do artigo 26 do Decreto-Lei nº 307/2007, de 31 de agosto, na redação da Lei nº 26/2011, de 16 de junho, que refere, e citou: "3 - A autorização da transferência de farmácia está sujeita a parecer prévio da câmara municipal competente em razão do território, a emitir no prazo de 60 dias a contar da data da entrada do pedido nos respectivos serviços."

O Vice-Presidente da Câmara esclareceu e resumiu que, naquilo que compete à Câmara Municipal pronunciar-se, no âmbito do Decreto-Lei nº 307/2007, de 31 de agosto, ou seja exclusivamente quanto à viabilidade proporcionada pelos instrumentos de gestão territorial no que se refere à localização pretendida da farmácia, a Câmara Municipal deve, efetivamente, pronunciar-se favoravelmente.

Sobre a viabilidade económica da farmácia, não compete à Câmara Municipal emitir parecer.

Sobre a necessidade de salvaguardar a acessibilidade das populações aos medicamentos, a sua comodidade, propõe-se que a Câmara Municipal, considerando apenas as competências já referidas conferidas pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, se expresse negativamente *"por não estarem evidenciadas medidas que cabalmente salvaguardem a "acessibilidade das populações aos medicamentos, e a sua comodidade", e a "melhoria ou aumento dos serviços de farmacêuticos de promoção de saúde e do bem-estar dos utentes"."*

Deliberação: Por maioria, com a abstenção dos vereadores do PSD e CDU, Luís Ablú Dias e Ricardina Lourenço, respetivamente, embora não decorrendo do nº 3 do artigo 26.º do Decreto -Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 26/2011, de 16 de junho, nem de outra norma de competência, que CMA emita o seu parecer nos estritos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 26.º deste Decreto-Lei (não obstante ser essa a indicação do Infarmed numa parte do seu parecer), exigindo a lei que se emita parecer, delibera emitir-quanto aos domínios de atribuições próprias da Autarquia, com interesse para a decisão concreta, e solicitada.

Assim:

a) Quanto à viabilidade proporcionada pelos instrumentos de gestão territorial no que se refere à localização pretendida da farmácia, reitera-se a posição da deliberação de 27/12/2013, onde se emitiu parecer favorável, quanto à compatibilidade da instalação pretendida com o instrumento de gestão territorial eficaz para o local (Plano de Urbanização de Abrantes) e considerando o cumprimento das distâncias mínimas consignadas nas alíneas b) e c) do nº 1 do artigo 20º da Portaria nº 352/2012, de 30 de outubro.

b) Quanto ao nº 2 do artigo 26, do Decreto -Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto:

b).1 Sobre a o trecho da alínea a) – " a viabilidade económica da farmácia, cuja localização o proprietário pretenda transferir"- a Câmara Municipal não se pronuncia, pois a letra da lei não o exige, nem se conhecem normas de competência genérica dos órgãos municipais que confirmam a competência de a Câmara municipal emitir parecer sobre viabilidade económica de determinada empresa, para decisão de outra entidade, e para mais no caso, sem dados económicos.

b).2 Sobre o critério –" necessidade de salvaguardar a acessibilidade das populações aos medicamentos, a sua comodidade" – considerando as competências já referidas conferidas pela Lei 75/2013 de 12/9, salvaguardando o princípio da subsidiariedade, em face da competência do órgão especializado de apreciação (Infarmed), e sem a invadir

Acta da reunião de 14 de fevereiro de 2014

quanto à apreciação dos critérios exigidos por lei, considera a CMA que o facto do fecho da farmácia indicia a introdução de fator com impacto no acesso das populações servidas aos medicamentos, pelo menos quanto a alguns aspetos: - Constata-se a distância de mais 12 Km até à mais próxima farmácia. - Constata-se a intenção de a Farmácia Torres manter o apoio domiciliário diário quer na distribuição de medicamentos quer nos esclarecimentos adequados junto da população.- A assunção de responsabilidade, (de que não se duvida) anota-se, é desta Farmácia. - Mas não se conhecem medidas quanto à prestação de tal serviço em termos de disponibilidade, resposta efetiva, obrigatória, atempada nos tempos de procura similares aos do horário atual da farmácia. Considerando estes dados, a apreciação da CMA, é negativa, tal como o deixou expresso na última parte da ata de 27/12/2013 (prejuízo para a população), quanto às vertentes da salvaguarda da "acessibilidade das populações aos medicamentos, e a sua comodidade", designadamente das da proveniência da farmácia, tendo em conta a defesa dos interesses das populações servidas.

Idêntica apreciação se faz quanto à "melhoria ou aumento dos serviços de farmacêuticos de promoção de saúde e do bem-estar dos utentes", no que concerne às populações da proveniência. Quanto à população de destino, esta terá mais uma farmácia, às distâncias já referenciadas no parecer da DOGU, não comparável com a distância a que se deixa a população de Bemposta sem farmácia aberta no horário similar ao atual.

Neste aspeto b.2, não podemos deixar de ter em conta as preocupações da Assembleia de Freguesia de Bemposta, a quem também compete deliberar em matéria de proteção da comunidade, e pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos com interesse para a freguesia, que deliberou "repudiar a pretensão de deslocalização" da farmácia.

É este o parecer, que se propõe à consideração do Infarmed, que no aspeto parcelar das razões de ordenamento do território não tem a opor à transferência, mas que quanto à defesa dos interesses das populações servidas atualmente pela farmácia se expressa negativo, por não estarem evidenciadas medidas que cabalmente salvaguardem a "acessibilidade das populações aos medicamentos, e a sua comodidade", e a "melhoria ou aumento dos serviços de farmacêuticos de promoção de saúde e do bem-estar dos utentes".

O vereador do PSD, Luis Ablú Dias, apresentou a seguinte declaração de voto:

"Nos termos da lei e como decorre do artigo 20º da portaria 352/2012, de 30/10 compete ao proprietário da farmácia que pretenda transferir a sua localização, fazer prova, através de certidão camarária, do preenchimento dos requisitos respeitantes às distâncias mencionadas nas alíneas b) e c) do nº 1 do artigo 2º da portaria. Sendo assim, a intervenção da Câmara limita-se a um mero acto administrativo no que à gestão territorial respeita, não cabendo a emissão de qualquer parecer nesta matéria e não implicando em consequência, qualquer deliberação camarária.

Para além disto, compete também ao proprietário demonstrar o preenchimento dos critérios estabelecidos nas alíneas a) e b) do nº2 do artigo 26º do Dec-Lei nº 307, 31 de Agosto com a redação dada pela lei 26/2007, de 12 de Agosto (...).

Ora o proprietário manifestou a intenção de salvaguardar a acessibilidade das populações aos medicamentos e a sua comodidade, através da prestação de apoio

domiciliário, através da distribuição de medicamentos e ainda na prestação de esclarecimentos adequados junto da população.

Todavia, o executivo municipal afirma que "não se duvida (...), mas não se conhecem medidas quanto à prestação de tal serviço, de disponibilidade de resposta efetiva, obrigatória, atempada nos tempos de procura similares aos do horário da atual farmácia", pondo assim em dúvida a garantia da salvaguarda dos interesses das populações e propondo parecer negativo à transferência da referida farmácia.

Aliás, o parecer a emitir nesta matéria pela autarquia decorre, justamente, das suas funções, que resultam da conjugação dos artigos 7º 2 e 23, nº 2º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, e que se prende com a promoção e salvaguarda dos interesses das respetivas populações, em articulação com as juntas de freguesia, nomeadamente, na área da saúde, como prevê a alínea g) do nº 2 do artigo 23º da referida lei, indo ao encontro dos critérios definidos no artigo 26º no 2 alíneas a) e b), no que à salvaguarda das populações diz respeito

Desta forma, o voto do vereador eleito pelo PSD é favorável se o parecer a emitir pela autarquia for negativo, o único que se admite como forma de honrar as suas competências e responsabilidades.

Por outro lado, e não esquecendo a importância de assegurar a viabilidade económico-social do estabelecimento, sugere-se que sejam feitas diligências, no sentido de sensibilizar e consciencializar a população para que recorra de forma crescente aos serviços por este prestados, permitindo a continuidade deste apoio tão relevante para o seu bem-estar."



Nº 02 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 11 de fevereiro de 2014, que aprovou o Plano de Segurança e Saúde – fase de execução da obra, da empreitada de "Requalificação da Estrada entre Bemposta e Vale das Mós", de acordo com uma informação do Serviço de Segurança e Higiene no Trabalho, datada de 10 de fevereiro de 2014.

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 03 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 12 de fevereiro de 2014, que remete para aprovação, autorização para cabimentação do valor de 100.000€, no âmbito do Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, para a manutenção dos apoios atuais (30 famílias) e atribuição de novos apoios, alguns já em avaliação, durante o ano 2014. - 154665

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cabimentação de 100.000€ no âmbito do Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, para a manutenção dos apoios atuais

Acta da reunião de 14 de fevereiro de 2014

(30 famílias) e atribuição de novos apoios, alguns já em avaliação, durante o ano 2014, uma vez que, nos termos da alínea v) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre a prestação de apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, nas condições constantes de regulamento municipal.



Nº 04 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação o seu despacho que aprovou a emissão e envio de garantia bancária no valor de 274.400,21€, com vista ao processamento de adiantamento no âmbito da candidatura apresentada ao PRODER designada por "Manutenção e Gestão Florestal". - 121590

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 05 – Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara João Gomes, referente a uma informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 06 de fevereiro de 2014, remetendo para aprovação, o pedido de alteração ao alvará de loteamento nº 12/83, sito na Rua 25 de Abril, lote 14, em Bemposta, Abrantes, requerido por Carla Manuela Guimarães Bispo e outra. - 134541

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o pedido de alterações apresentado, nos termos e com os condicionamentos sugeridos na informação técnica nº 439/2013DP da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 10 de dezembro de 2013.

Tendo em conta que a proposta assenta no incremento de mais um fogo e porque não são propostas as indispensáveis áreas de cedências para espaços verdes e de utilização coletiva (28m2) e para equipamento de utilização coletiva (35m2), como igualmente não é proposta a criação de (mais) um lugar de estacionamento, de acordo com o previsto no quadro I da Portaria nº 216/B de 2008 de 03 de março, a Câmara Municipal nos termos previstos pelo nº 3 do Artigo 60º do RUE (Regulamento da Urbanização e da Edificação), opta pela devida compensação em numerário, considerando que a dimensão e a localização das áreas de cedência não apresentariam condições para uma boa utilização pública.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.

Nº 06 – Para conhecimento, a Vereadora Celeste Simão, apresentou uma informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivos, datada de 05 de fevereiro de 2014, a dar conta que, foi cedido transporte à Associação Vidas Cruzadas, para levar uma cama do Centro de Saúde do Tramagal, para a Urbanização de Vale de Rãs, Rua dos Lírios, Bloco C3, r/chão, em Abrantes, no âmbito do Protocolo do CRAT - Centro de Recursos de Ajudas Técnicas. - 145673

Tomado conhecimento.



Nº 07 – Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, referente a uma informação da Chefe da Divisão de Serviços Urbanos, datada de 10 de fevereiro de 2014, na sequência do pedido da firma "Valepinto, Bordados, Lda", a solicitar a transferência do lugar de venda no mercado grossista de Abrantes, para a "Ana Val Pinto, Unipessoal, Lda". - 156541

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a transferência do lugar de venda no mercado grossista, da firma "Valepinto, Bordados, Lda" para "Ana Val Pinto, Unipessoal, Lda", nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão de Serviços Urbanos.

À Divisão de Serviços Urbanos para proceder em conformidade.



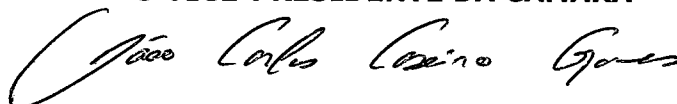
Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, o Vice-Presidente declarou a reunião encerrada pelas nove horas e quarenta minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente acta, que fica aprovada.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA



A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO

